

MEC



Liberdade de ensino

10 85

Presidente da República Federativa do Brasil
José Sarney

Ministro da Educação
Marco Maciel

Liberdade de ensino

Ministro Marco Maciel

O Governo da Nova República tem consciência das circunstâncias históricas em que se realiza atualmente no País, com seu estímulo, o grande debate institucional que é característica mais acentuada do processo de transição política que vivemos. Se isto ocorre em todas as áreas, com muito mais razão impõe-se no campo da educação, matéria que, tanto quanto ao Governo, interessa fundamentalmente à sociedade como um todo. Nenhum processo de mudança política ou social tem conseqüente significado se não levar em conta os objetivos da educação, sobre os quais se deve embasar, em última análise, a própria organização social.

Em nenhuma época de nossa breve mas densa evolução histórica deixou-se de questionar os fundamentos, as finalidades e os sistemas organizacionais da educação e do ensino. As inúmeras e intermitentes reformas terminam sempre na constatação — válida em todas as épocas — de que qualquer reforma de base em

nossa organização política só será duradoura à proporção que conseguirmos ampliar o próprio alicerce de nosso processo de educação e de ensino.

A avaliação crítica que costuma preceder esses momentos de fecunda reflexão é, antes de mais nada, um sinal de vitalidade do organismo social. As preocupações que hoje permeiam a sociedade brasileira, em todas as áreas, são apenas mais uma demonstração efetiva dessa vitalidade da opinião pública do País. Quanto mais amplo e envolvente for o debate, mais conseqüentes e profundos serão seus resultados. Não temos, por isso, que nos preocupar com as freqüentes demonstrações de inconformismo que hoje se manifestam, através de movimentos reivindicatórios de que não escapam e a que não podem ficar imunes nem a educação nem o ensino, em todos os pontos. Essa insatisfação se manifesta em todas as latitudes e se acentua quando se trata de avaliar a própria educação. Nenhuma sociedade está hoje satisfeita com a educação que tem; mais do que isso, todos buscam corrigir, ampliar, melhorar e universalizar seus padrões educacionais. Se as reformas e a busca de formas inovadoras são um traço comum a países que já desfrutam de longa, de antiga e de razoável e sedimentada estabilidade político-institucional, por que não haveria de ocorrer o mesmo conosco, que estamos vivendo um momento de acentuadas e profundas transformações no regime vigente?

Um novo pacto político

A contribuição que devem dar a esse processo os que se dedicam à educação na esfera privada não pode e nem deve ser desconhecida pelo Estado. Ao contrário, são importantes para a conquista que representam em nossa organização política e em nosso ordenamento jurídico os preceitos que hoje formam a base do sistema educacional brasileiro: a liberdade de organização e o pluralismo que dela decorre, princípios, aliás, de fundamento liberal. Ninguém pode desconhecer que o ensino neste país nasceu da grande contribuição confessional que deram os jesuítas, em particular, e as ordens religiosas, em geral. Mais do que as razões históricas, contudo, importa a contribuição que, sob o ponto de vista filosófico da liberdade de ensino, representa um sistema educacional pluralista em que todos tenham a liberdade de escolher a forma de educação que mais lhes convém; não pode haver democracia sem respeito ao direito individual do cidadão e da própria sociedade de fazer livremente essa escolha. É por isso que a contribuição do sistema educacional privado deve ser preservada, com a mesma preocupação com que nos devotamos a permitir a existência de um sistema público que, num país com as características brasileiras, deve preocupar a todos e não apenas ao Governo. Assim como não queremos uma ideologia oficial, uma cultura dependente exclusivamente da tutela do Estado, não podemos pretender que haja apenas uma educação oficial proporcionada exclusivamente pelo Estado.

Estamos reordenando o Estado e a sociedade, preparando-nos para estabelecer novo pacto político sobre o qual devem assentar seus alicerces uma nova ordem econômica, mais justa, uma nova ordem social, mais humana e solidária, uma nova ordem institucional, mais democrática.

Vamos ter que definir, na Constituinte a ser eleita em 1986, o papel do Estado e da iniciativa privada. Vamos ter que criar, construir e elaborar os mecanismos políticos, econômicos e sociais para que sobre a eficácia de sua ação se estabilize a ordem jurídica do País. Vamos, enfim, decidir sobre o nosso destino, determinar nosso próprio futuro. Temos que levar em conta, porém, as diferenças deste momento sobre as etapas históricas similares que já vencemos em épocas semelhantes de reorganização da vida política do Brasil. Trata-se de um momento que tem sua própria singularidade, e que, para ser bem-sucedido, deve atentar para os fatores peculiares que o informam, que o justificam.

Pluralismo e liberdade de ação

O Governo não quer balizar os termos desse novo entendimento, dessa base de definições, para que a Nova República não seja apenas a expressão dos desejos e do poder do Estado, mas sim, sobretudo, resultado da vontade soberana, livremente expressa da sociedade. O Estado precisa

deixar de ser entre nós o ser supremo e irrecorrível de todas as decisões, para transformar-se no mediador das aspirações e dos conflitos sociais que são inerentes à condição inata da própria conflitualidade humana.

É nesse sentido que encaro com otimismo a intensa e seguramente fecunda discussão em que se empenha o País. O Governo da Nova República tem exercido em todas as áreas — e muito particularmente na esfera de atribuição do Ministério da Educação — um papel de estimulador desses debates, dessa reflexão crítica, dessa discussão ampla, dessa busca de soluções para os nossos velhos, permanentes, aparentemente irremovíveis, desafiadores problemas. A escassez de recursos, os níveis de qualidade e excelência, os precários sistemas de recrutamento, avaliação e promoção de professores, as responsabilidades do Estado e da iniciativa privada, os padrões salariais, os sistemas de remuneração do magistério, o papel da escola e do lar na formação educacional da criança, a articulação entre os níveis e sistemas de ensino, a diversidade cultural e as peculiaridades dos diferentes meios, a associação entre ensino e pesquisa — nada disso são desafios de hoje, nem apenas problemas nossos ou simplesmente contemporâneos. Muito mais do que isso, são questões permanentes a exigir soluções criativas, pesquisas sistemáticas, obstinação, persistência e devoção contínuas. Isto não é papel apenas do Estado nem função exclusiva do Governo.

O que estamos fazendo, na realidade, ao multiplicar os foros de debate, criar comissões, definir padrões de procedimentos e projetos específicos de mudança, receber sugestões, ouvir reivindicações, defrontando-nos com desafios que

se agravam e com conflitos que se podem tornar agudos, se não agirmos com indispensável espírito de tolerância e conciliação, não é nada mais do que preparar o advento das grandes mudanças, a partir de uma nova Constituição ampla e livremente debatida, e soberanamente decidida.

Ao aventar as questões que preocupam a Nação, estou apenas antecipando o que julgo deva ser nossa próxima opção política: um regime francamente aberto a todas as opiniões, conciliador em torno de todos os posicionamentos, participativo em todas as questões. A educação brasileira tem, nesse processo, responsabilidades irremovíveis e inadiáveis, se é que pretendemos, como suponho, tornar realidade a meta que é hoje o centro de preocupações do Ministério que dirijo, porque é, em última análise, o maior desafio de toda nação democrática e do espírito liberal que a concebeu: dar, como pretendemos, "Educação para Todos".

Artigo do Ministro Marco Maciel publicado em 20/8/85

Série MEC/85

- 1 – Governo, imprensa e educação
- 2 – Nova universidade
- 3 – Educação, liberdade e liberalismo
- 4 – Extensão universitária
- 5 – Uma política para os jovens
- 6 – Educação para Todos
- 7 – Novos tempos para a educação
- 8 – Prioridade para o ensino básico
- 9 – Ciência e democracia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Esplanada dos Ministérios – Bloco L – 9º andar
Fones: 223-2209 – 223-9297

